

Educação e sociedade: uma reflexão sobre os processos educativos da classe trabalhadora no sistema capitalista

Education and society: a reflection on working class educational processes in the capitalist system

Éducation et société : une réflexion sur les processus éducatifs de la classe ouvrière dans le système capitaliste

Entrevista: Prof. Dr. Paulino José Orso

Klívya de Cássia Silva Nunes¹
Universidade Federal de Uberlândia

Valéria Moreira Rezende²
Universidade Federal de Uberlândia



Doutor em História e Filosofia da Educação pela Unicamp, docente dos Cursos de Pedagogia, do Mestrado e Doutorado em Educação da Unioeste, Campus de Cascavel. Líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR. *E-mail:* paulinorso@uol.com.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/8247504761634290>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-9126-3276>.

Resumo: A entrevista concedida pelo professor Paulino José Orso para abertura do Dossiê intitulado: *Direito à educação básica e superior em tempos de pandemia – políticas de permanência e qualidade*, apresenta reflexões sobre o direito à educação, em especial no momento presente, caracterizado pela intensa crise política e sanitária, em decorrência da pandemia causada pela Covid-19, de repercussão mundial e potencializada pelos desmandos do governo brasileiro. O autor nos apresenta um modelo de formação humana pautado na perspectiva crítica, criativa e transformadora, engendradora nas novas relações sociais. A entrevista nos convida a uma importante reflexão e nos conclama à resistência e crítica ao desbarate das instituições sociais, especificamente a escola, em tempos de acirradas lutas sociais. Ressalta, ainda, a importância

¹Doutorado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Ituiutaba-MG, Brasil. *E-mail:* klivia.nunes@ufu.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/9412398959184082>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-5264-9598>.

²Doutorado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Ituiutaba-MG, Brasil. *E-mail:* valeria.rezende@ufu.br. *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/1154586418090576>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-2686-956X>.

da Pedagogia Histórico-Crítica para compreensão da realidade concreta que se apresenta no projeto capitalista para a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Educação. Pandemia. Classe trabalhadora. Pedagogia Histórico-Crítica.

Abstract: The interview with Professor Paulino José Orso opens the application dossier entitled: *Right to basic and higher education in times of pandemic – permanence policies and quality* presents reflections on the right to education, especially in the current moment, characterized by intense political and sanitary crisis as a result of the pandemic caused by Covid-19, with worldwide repercussion, enhanced by excesses of the current Brazilian government. The author presents us a model of human formation based on a critical, creative and transformative perspective, engendered in new social relations. The interview invites us to have an important reflection and urges us to resist and criticize the breakdown of social institutions, specifically the school, in times of tough social struggles. The importance of Historical-Critical Pedagogy is also emphasized to understand the tangible reality presented in the capitalist project for the working class.

Keywords: Education. Pandemic. Working class. Historical-Critical Pedagogy.

Résumé : L'interview accordée par le professeur Paulino José Orso pour l'ouverture du dossier : Droit à L'enseignement primaire et supérieure en période de pandémie - politiques de permanence et de qualité, présente des réflexions sur le droit à l'éducation, en particulier à l'heure actuelle, caractérisé par l'intense crise politique et sanitaire, due à la pandémie provoquée par le Covid-19, de répercussion mondiale et renforcée par les démantèlements du gouvernement brésilien. L'auteur nous présente un modèle de formation humaine guidé par une perspective critique, créative et transformatrice, engendrée par les nouvelles relations sociales. L'entretien nous invite à une réflexion importante et nous invite à la résistance et à la critique du gaspillage des institutions sociales, en particulier de l'école, en période de luttes sociales acharnées. Il souligne également l'importance de la pédagogie historico-critique pour comprendre la réalité concrète qui se présente dans le projet capitaliste pour la classe ouvrière.

Mots-clés: Éducation. Pandémie. Classe ouvrière. Pédagogie Historique Critique.

Recebido em: 24 de julho de 2021

Aceito em: 10 de outubro de 2021

Entrevista – Educação e sociedade: uma reflexão sobre os processos educativos da classe trabalhadora no sistema capitalista

REPOD: Já faz algum tempo que você está envolvido com estudos e pesquisas com ênfase na História da Educação. Fale um pouco da sua experiência nesse campo do saber. A qual grupo de pesquisa você está vinculado? Quais as principais atividades desenvolvidas pelo grupo?

Paulino José Orso: Sou líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR, vinculado ao HISTEDBR, que é um coletivo de subgrupos formado por mais de quarenta GTs, espalhados pelo país,

coordenado pelo professor Dermeval Saviani, o principal idealizador da Pedagogia Histórico-Crítica. Fiz minha graduação na Filosofia. Mas, sempre gostei de História. Iniciei a docência no ensino superior em uma faculdade privada. Posteriormente, quando comecei a trabalhar na universidade pública (na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE), no curso de Pedagogia, vinculei-me à área de História e Filosofia da Educação. Considero a História fundamental tanto para compreender o processo de transformação pela qual o homem e a sociedade passaram ao longo do tempo, como para entender o atual contexto. E como não caíram do céu, nem estão aí por acaso, como se tivessem surgido do nada, se quisermos compreendê-los adequadamente necessitamos recorrer ao passado em busca dos determinantes que tornaram possível chegarmos à forma em que nos encontramos. Minhas principais pesquisas têm como objeto central a educação, o liberalismo, o marxismo e a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), entendidos a partir de uma perspectiva histórica. Como sou professor, procurei me dedicar à História para entender melhor a educação e qualificar o trabalho pedagógico que realizo. Entendendo, porém, que, como nos diz Marx, existe apenas uma única ciência, a ciência da História, como vivemos na sociedade capitalista, e a escola está situada nessa sociedade, e o liberalismo se constitui na ideologia que a legitima e justifica, compreendi que também era indispensável me dedicar ao estudo e à pesquisa da história do liberalismo, tanto para entender a sociedade, como a educação atual. Contudo, na busca de um método adequado para a investigação e análise, percebi que apesar do positivismo, do estruturalismo e da fenomenologia oferecerem algumas contribuições parciais e pontuais para a compreensão da realidade, não permitiam sua compreensão efetiva, isto é, compreender sua forma de organização e funcionamento, o modo de produzir, e reproduzir a vida social, seu movimento histórico, e transformar a realidade existente pois desconsideravam as categorias fundamentais de análise tais como trabalho, modo de produção, classes sociais, lutas de classes, antagonismos sociais, contradições, totalidade, mediação e transformação social, que caracterizam o método materialismo histórico-dialético e permitem compreender e explicar a realidade adequadamente. Consequentemente, corresponde às necessidades da classe trabalhadora. No campo da educação, a Pedagogia Histórico-Crítica adota o método materialista histórico-dialético. Por isso, situa-se no conjunto das teorias pedagógicas contra as hegemônicas. Defende a socialização dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos mais elaborados, objetiva a transformação social, o desenvolvimento pleno dos educandos, a omnilateralidade e a emancipação humana. Portanto, representa a teoria pedagógica dos trabalhadores, e os trabalhadores, aqueles em que a PHC encontra sua realização. Em 2021 a PHC completa 42 anos de história. Ao longo de sua trajetória, acumula muitas produções científicas na forma de artigos, capítulos de livros, livros, coletâneas, debates, jornadas, seminários, conferências, videoconferências, cursos remotos, além de ensaiar experiências práticas e tentativas de se institucionalizar e implementar em diversas redes estaduais e, especialmente, em redes municipais de educação. O HISTEDOPR, grupo de pesquisa que coordeno, foi fundado em 2002 e reorganizado em 2003. A partir daí fizemos inúmeras atividades, seja na forma de grupos de estudos, ciclos de debates, cursos de especialização, realização de jornadas e seminários, publicações de artigos, capítulos de livros, coletâneas, livros autorais, *lives*, cursos remotos, etc. Contudo, dada a importância que a PHC tem para a educação, e para a sociedade, a partir do acúmulo de experiências, de estudos e pesquisas realizadas, decidimos ser mais ousados e organizar uma forma de divulgá-la, torná-la acessível e apropriada simultaneamente para muitas pessoas. O meio utilizado para isso foi a organização de grupos de estudos autogestionários, isto é, de grupos que se organizam, estudam e discutem por conta própria. Iniciamos as atividades em 2017. Em 2018 adequamos a plataforma de eventos da Unioeste, por meio da qual se pode organizar grupos em qualquer escola, município e estado do país, e até mesmo no exterior, como se pode verificar por este site <https://www.unioeste.br/portal/pedagogia-historico-critica>. Como a atividade funcionava na modalidade presencial, com a chegada da pandemia do coronavírus, em 2020, tendo em vista o respeito à ciência e evitar riscos aos participantes,

interrompemos os grupos e retomamos em 2021. Consideramos que esta é uma das atividades mais importantes que realizamos pois possibilita difundir a PHC e torná-la minimamente conhecida, condição para sua implementação no trabalho pedagógico. A partir daí espera-se que cada um busque aprofundar os estudos por conta própria e assuma o compromisso com a sua defesa, onde quer que desenvolva seu trabalho.

REPOD: Recentemente você publicou um livro intitulado: “Um espectro ronda a escola pública”. Nessa obra você aborda o contexto atual que estamos vivendo. O que te motivou a realizar este trabalho?

Paulino José Orso: A partir do governo golpista de Michel Temer, que se seguiu com o autoritário e ultraliberal governo de Jair Bolsonaro, foi feita uma série de reformas educacionais e impetrada uma infinidade de ataques contra os profissionais da educação, a educação e a escola pública. Em geral, eles têm sido realizados de forma fatiada e parcelada, dificultado tanto a compreensão de seu significado, como a reação e o enfrentamento por parte dos alunos, funcionários e educadores. Diante disso, decidi reunir, em uma única obra, o máximo possível de reformas e ataques que atingem direta, e indiretamente, a educação e trazer à luz os reais motivos dos mesmos, tendo em vista revelar o tamanho dos desafios que estão colocados para os educadores, para a educação e a escola pública, possibilitando o enfrentamento à altura das exigências e desafios do momento. Daí o título do livro “Um espectro ronda a educação e a escola pública” (https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_c8ec52e852be49fcb703142d9061ac35.pdf).

REPOD: O seu livro vem ao encontro da discussão que estamos propondo na organização desse dossiê. Ele tem muito a nos ensinar e a refletir sobre este contexto pandêmico e seus impactos para a educação. Como você percebe a oferta do ensino remoto para a educação básica e superior no nosso país? Que avaliação você faz deste momento?

Paulino José Orso: Dada à gravidade da pandemia, à política genocida do governo Bolsonaro, à negação da ciência, à facilidade de difusão e letalidade da covid-19, é necessário tomar todas as providências possíveis para proteger e preservar a vida. Logo, a realização de atividades remotas é uma exigência do momento. É indispensável dizer, como menciono no livro, que poderíamos acabar com o coronavírus em questão de algumas semanas, com poucos prejuízos humanos e, inclusive, com míseras perdas econômicas. Bastaria, para isso, seguir as recomendações da ciência, respeitar as orientações da OMS e dos profissionais da saúde, comprometidos com a defesa da vida, e estabelecer um rígido isolamento social por três ou quatro semanas. Afinal, como o vírus é um parasita, da mesma forma que o capital, que depende de um hospedeiro e da mobilidade social, caso estabelecêssemos um isolamento radical, por um lado evitaríamos sua difusão e, por outro, bastaria utilizar os recursos científicos e tecnológicos mais desenvolvidos já existentes para proteger as pessoas que necessitam fazer os trabalhos essenciais, bem como para preservar a saúde dos profissionais que atuam na linha de frente para tratar as pessoas acometidas pela covid-19 para que não se contagiem e não corram risco de morte. Contudo, como é a “economia”, quer dizer, o capital, e não a vida que está em primeiro lugar, como alguns poucos estão lucrando muito com a pandemia, nem todos têm o interesse em acabar com a covid. Assim, em pouco mais de um ano de pandemia, foram ceifadas mais de meio milhão de vidas só no Brasil, às quais somam-se grandes prejuízos econômicos e sociais, prolongando o sofrimento, sobretudo dos segmentos mais pobres da população, dos trabalhadores mais humildes. As aulas remotas, nesse contexto, certamente acarretam prejuízos ao ensino e à aprendizagem dos alunos. Todavia, a vida deve ser colocada em

primeiro lugar. Até mesmo porque se os professores não viverem, não tem ensino. Mas, é importante que se registre que para além das aparências, da pressão do governo e da classe dominante pelo retorno às atividades presenciais, não é verdade que estão fazendo isso devido à preocupação com a aprendizagem e a qualidade da educação dos alunos. Se fosse verdade não promoveriam tantos ataques aos docentes, à educação e à escola pública, nem atacariam as ciências humanas, não promoveriam a reforma do ensino médio, não instituiriam a Base Nacional Comum Curricular, nem cortariam tantos recursos da educação. A pressão que o governo faz pelo retorno presencial obedece, sobretudo, à pressão dos empresários de escolas para tentar evitar a evasão escolar e, conseqüentemente, a quebradeira de instituições de ensino particulares e garantir seus lucros. Além do mais, se a pressão pelo retorno às atividades presenciais se devesse ao interesse em garantir a qualidade do ensino e aprendizagem, certamente fariam tudo que fosse possível para combater imediatamente a covid-19 e garantir a vacina para os profissionais da educação, e para os alunos, evitando colocar a vida em risco. Mais do que ninguém, são os professores que estão preocupados com a qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos. Mas, não é possível garantir isso, se não estiverem vivos. Logo, como o governo e a classe dominante estão mais preocupados com o capital e o lucro, do que com a vida, cabe aos professores defendê-la para que, ao fim da pandemia, possam retornar às atividades presenciais com vida e desenvolver seu trabalho da melhor forma possível, a despeito do descaso e dos ataques do governo. Portanto, se é que se pode responsabilizar alguém pelos prejuízos causados ao ensino e à aprendizagem, essa conta deve ser debitada ao governo Bolsonaro, aos políticos que o sustentam e aos capitalistas mesquinhos.

REPOD: Qual a sua análise da gestão do governo Bolsonaro quanto ao aumento significativo do desemprego, da fome, da pobreza e das desigualdades sociais e educacionais?

Paulino José Orso: Tanto o governo golpista de Michel Temer, como o do autoritário, ultraconservador e ultraliberal governo de Jair Bolsonaro, para além de toda a demagogia de que era necessário promover reformas e enxugar o estado para “modernizar” o país, são os grandes responsáveis não só pelo crescimento do desemprego, como pela precarização do trabalho e pelo grande aumento da informalidade. O desemprego, a informalidade, a precarização do trabalho, a fome e a miséria, para lá de um simples casuísmo, são um projeto desses governos. Em questão está a crise do capital, que é uma crise de superacumulação, cuja resolução implica na necessidade de ampliar ainda mais a acumulação. Para isso, carece atualizar as relações de produção existentes, promover reformas, eliminar direitos, precarizar, privatizar. Ou seja, na ordem do capital a solução de sua crise significa aumento da crise para os trabalhadores. Enganam-se, portanto, aqueles que pensam que a classe dominante e o governo que as representa estão preocupados com o sofrimento, com a pobreza, com o desemprego, com a fome. Afinal, assim como os abutres, também se alimentam da desgraça alheia. O capital não tem coração, não tem sentimento, nem comiseração; tem, sim, interesses. Daí a necessidade urgente e inadiável da união e da luta dos trabalhadores pela superação do atual modo de produção capitalista que os esmaga e aniquila, e a construção de uma sociedade sem classes, em que sejam os produtores das riquezas os que usufruem das mesmas, em que o homem e a vida estejam no centro das preocupações, e não o lucro e o capital.

REPOD: Como você vê as forças antagônicas em disputa no país: de um lado o direito à educação e de outro o desmonte da educação pública potencializado pelo pós-golpe de 2016?

Paulino José Orso: É importante destacar que não se pode confundir direito com lei. Ainda que a institucionalização dos direitos, a sua transformação em lei, seja um passo importante na luta pela sua garantia, sua efetivação não é automática e depende da luta. É a luta que faz o direito.

Como observamos em nosso livro “Um espectro ronda a educação e a escola pública”, o desmonte da educação não é casuísmo. Darcy Ribeiro já o dizia no passado: a destruição da educação é um projeto. Sim, o desmonte da educação se constitui num projeto. Foi-se o tempo em que a burguesia tinha a preocupação de desenvolver a ciência para promover o desenvolvimento social. Esgotaram-se as suas possibilidades civilizatórias. No reino do capital resta esperar apenas a barbárie. Entramos numa fase de decadência e decomposição, de crise estrutural. Isso, porém, não significa necessariamente o seu fim imediato. Afinal, existem muitas formas do capital se metamorfosear, recompor-se e garantir uma sobrevivência. Há que se mencionar também que a escola foi criada pela classe dominante e permaneceu por cerca de 2,5 mil anos como um privilégio exclusivamente seu. Nesse período cumpria a função para a qual havia sido criada: a de reproduzir os interesses e a cultura de quem estava na escola, da classe dominante. A partir da modernidade ela começa a se popularizar e chega no atual momento com a educação básica praticamente universalizada e com muitos trabalhadores no ensino superior. Por conseguinte, a burguesia foi promovendo uma espécie de cruzada contra a escola e descaracterizando a função para a qual havia sido criada, pois, na medida em que o conhecimento poderia possibilitar a compreensão da sociedade e a organização da produção, ela tornou-se perigosa pois poderia ser usada para subverter a ordem e transformar a sociedade. Em decorrência disso, passou a ser mais atacada do que já ocorria e a destruição da escola passou a ser um ato deliberado.

REPOD: Na atual conjuntura vivemos um campo em que paira o negacionismo em contraposição à ciência e ao saber sistematizado. Quais os impactos desses posicionamentos para a educação brasileira? Cabe um estudo sobre a produção da ignorância (Agnotologia) para uma maior compreensão deste processo que o país está vivendo atualmente?

Paulino José Orso: Não há dúvida de que a situação em que nos encontramos é bastante complexa e exige muito estudo e pesquisa para que possamos compreender adequadamente e fazer um enfrentamento à altura das exigências do momento. Afinal, não é algo circunstancial, encontra suas raízes na História. Daí a necessidade de investigar seus determinantes. Ademais, como nos alerta Marx, a aparência não coincide com a essência. Daí a necessidade da investigação. Tenho dito que nunca foi tão evidente e verdadeiro quanto no atual momento, o dito popular que afirma que “um povo burro é fácil de governar”. Por isso, nunca se investiu tanto quanto hoje na produção da alienação. O negacionismo, os ataques à ciência e sua substituição pela fé, e ou por credices, conjugado com as *fake news*, correspondem às necessidades do capital. Seria impensável o capital realizar tamanha destruição e devastação, seja em termos sociais, humanos, culturais e educacionais, seja ambiental, sem a produção e reprodução ampliada da alienação, que encontra amparo e sustentação no judiciário, nas forças repressivas, no empresariado, na mídia e até mesmo em parte da própria classe trabalhadora. Suas consequências certamente se farão sentir por muito tempo em todas as dimensões da vida social pois a ausência de conhecimento sistematizado, transformado em “sabedoria”, numa espécie de bem-aventurança, contraditoriamente impede, ou pelo menos dificulta, as possibilidades de reação e de luta consciente contra o atual estado de coisas em que estamos metidos.

REPOD: No falso dilema em que vivemos em voltar para o ensino presencial ou continuar com o ensino remoto em tempos pandêmicos, fica sempre uma dúvida: o ensino remoto emergencial foi de fato a saída para a oferta da educação? Considerando que essa situação já se arrasta por quase dois anos e sem perspectiva de mudança a curto e médio prazos, como podemos reivindicar uma política educacional preocupada com a formação humana de crianças, jovens e adultos, sem política sanitária comprometida com a vida da população brasileira? Qual o melhor

caminho diante da situação de dúvida que educadores e pais vivem no atual contexto – ensino híbrido, ensino remoto ou outro tipo de oferta de ensino?

Paulino José Orso: Não há dúvida também de que a prioridade número um desse período pandêmico é o combate à covid-19 e a defesa da vida. Diante de um vírus tão letal, não só o negacionismo do governo Bolsonaro, mas ações explícitas que ao invés de combatê-lo promove sua difusão, como revelam os estudos e o relatório realizado pela USP, a partir da análise das ações e das políticas desencadeadas durante a pandemia, comprovam o descaso com a vida e a promoção de política genocida. Em função disso, cabe aos trabalhadores da educação tomarem as medidas mais adequadas, em sintonia com a ciência, para a defesa da vida e realização da educação. Nessas condições o isolamento social e, conseqüentemente, o ensino remoto têm se revelado não as condições ideais de ensino, mas, sim, as possíveis e necessárias à segurança dos profissionais da educação e dos alunos. Contudo, após debelarmos a pandemia, devemos empreender uma luta intensa e incansável para desfazer as políticas antieducação dos governos Temer e Bolsonaro, elaborar uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e uma nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC, recuperar os investimentos públicos em educação, melhorar a infraestrutura das instituições de ensino, restaurar os salários e restabelecer a importância dos professores, da ciência e da tecnologia, garantir ampliação de acesso e melhorar as condições de permanência dos alunos na escola e nas universidades. Quanto ao uso das tecnologias para o ensino, é claro que se deve utilizá-las; contudo, para a melhoria do ensino, da pesquisa e da qualidade da educação, como uma ferramenta adicional ao trabalho pedagógico. Entretanto, não para substituir as atividades presenciais. Ademais, as atividades remotas revelaram mais do que seu limite, seu fracasso quando se trata da substituição da modalidade presencial pela remota, seja devido às dificuldades e desigualdades sociais que colocam diferentes condições de acesso, ou até mesmo ausência de sinal de internet e de infraestrutura adequada ao ensino remoto por parte dos alunos.

REPOD: Em tempo de pandemia temos presenciado a potencialização de uma avassaladora perda de direitos básicos da classe trabalhadora: trabalho, alimentação, segurança, saúde e educação. É possível construir resistência diante dessa realidade? Qual o possível caminho para a construção desta resistência?

Paulino José Orso: Não podemos esquecer que o golpe de 2016, que derrubou a Presidente Dilma Rousseff, foi dado por uma fração da classe dominante local, branca, machista, mesquinha, de inspiração fascista, ignorante e autoritária, articulada com o grande capital internacional, para quem os trabalhadores são considerados inimigos a serem exterminados. Não foi para “combater a corrupção”, nem o socialismo, que deram o golpe. Foi para recuperar as migalhas que a classe trabalhadora havia conquistado durante os governos petistas e avançar ainda mais sobre seus direitos e concentrar ainda mais o capital. Tanto é que praticamente acabaram com os direitos trabalhistas, muitos dos quais conquistados ainda no período de Getúlio Vargas. Em função disso, nem sequer esperaram o golpe se consumir e partiram imediatamente para o ataque, destruindo tudo o que dizia direito às conquistas dos trabalhadores. Nenhuma reforma promovida a partir do golpe implicou algum prejuízo para a classe dominante. Todas foram desfechadas contra os trabalhadores. A condição para isso foi jogar na confusão, distrair a patuleia com bizarrices proferidas pelo mandatário mor, promover o avanço da extrema-direita, disseminar o ódio, atacar a educação, dismantlar o sistema de saúde, etc. E, como não poderia deixar de ser, o resultado foi a devastação que se sucedeu, cuja expressão máxima se revela no aumento da violência e no retorno do país ao mapa da fome. Entretanto, a história se move por contradição. Na medida em que se intensificam os ataques contra os trabalhadores, a tendência é que aumente o potencial de reação. Mas, como nos deparamos com um baixo nível de consciência social e de classe, as

reações não serão obra de uma massa consciente, mas, sim, da exigência colocada pela agudização da tragédia. As mobilizações que estão ocorrendo contra o Bolsonaro, exigindo seu afastamento da presidência, são uma demonstração insofismável do aprofundamento dos ataques contra os trabalhadores, aos seus diretos, à sua vida. Elas demonstram que o vírus do capital é mais perigoso e letal do que o próprio coronavírus. Daí, mesmo diante dos perigos da covid, as manifestações de massa.

Considerações

As reflexões trazidas pelo professor Paulino José Orso, em sua entrevista, nos permitem avançar em direção à organização da classe trabalhadora em prol das lutas que estão sendo travadas e as que ainda hão de vir. A necessidade desse enfrentamento resulta das políticas predatórias do atual governo contra os direitos básicos fundamentais da vida humana, a saber: trabalho, educação, saúde, segurança, alimentação, moradia, entre outros.

Conhecer as bases que sustentam as relações sociais capitalistas é um caminho essencial a ser trilhado para o enfrentamento das armadilhas que se apresentam. Para tanto, uma boa formação humana emancipatória passa por uma boa formação educacional capaz de desnudar as bases do capitalismo dependente adotado pelo Brasil. Esse modelo tem, cada vez mais, privilegiado os grandes centros econômicos e uma minoria de super ricos, gerando o aumento das desigualdades sociais e educacionais, relegando a grande massa populacional à pobreza, à miséria e à ignorância.

Consideramos que as reflexões aqui apresentadas não terminam por aqui, mas nos permite lançar um olhar de criticidade para o passado e encararmos o presente com consciência para a tomada de atitudes com resistência. Só assim poderemos vislumbrar um futuro que garanta ações coesas e articuladas coletivamente contra os interesses que ameaçam os direitos de todos, em especial da classe trabalhadora. E, parafraseando Marx e Engels, “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (MARX & ENGELS, 1982, p. 3), ou seja, o desafio reside no comprometimento com a transformação.

Referências

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: ORSO, P. J. *Um espectro ronda a escola pública*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

MARX, Karl. “O 18 Brumário de Louis Bonaparte”. In: MARX & ENGELS. *Obras Escolhidas*, Tomo I.- Lisboa: Edições Progresso, 1982.